

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 10, número 2 (2019)
ISSN: 2177-2886

Artigo

Feminização dos Circuitos Migratórios: Um Diálogo entre o Trabalho do Care, Redes Sociais e Processos de Desenvolvimento Social

Feminización de los Circuitos Migratorios: Un Diálogo entre Trabajo de Cuidado, Redes Sociales y Procesos de Desarrollo Social

Feminization of circuits migration: a dialogue between care work, networks social and process social development

Guélmer Júnior Almeida de Faria

Universidade Estadual de Montes Claros – Brasil
guelmerjrf@yahoo.com.br

Como citar este artigo:

FARIA, Guélmer Júnior Almeida de. Feminização dos Circuitos Migratórios: Um Diálogo entre o Trabalho do Care, Redes Sociais e Processos de Desenvolvimento Social. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 10, n. 2, p. 24 - 41, 2019. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Feminização dos Circuitos Migratórios: Um Diálogo entre o Trabalho do Care, Redes Sociais e Processos de Desenvolvimento Social

Feminización de los Circuitos Migratorios: Un Diálogo entre Trabajo de Cuidado, Redes Sociales y Procesos de Desarrollo Social

Feminization of circuits migration: a dialogue between care work, networks social and process social development

Resumo

O artigo analisa a expansão dos cuidados a partir da feminização da migração evidenciados pelo aumento da pobreza e das desigualdades socioeconômicas no mundo, fruto do capitalismo global. O método de abordagem utilizado na pesquisa será teórico, do tipo explicativo e exploratório. Verificamos que o “care” é o símbolo da apropriação do capital por um bem que antes era desvalorizado e naturalizado, que é o trabalho reprodutivo. Conclui-se que as redes promovem a inserção no mercado laboral, a adaptação na sociedade e manutenção dos laços familiares e culturais com a região de destino. A globalização dos cuidados vem afirmar a centralidade das tarefas reprodutivas na contemporaneidade nas sociedades pós-industriais. Logo, redimensionam-se as discussões entorno do trabalho doméstico e do cuidar como elemento fundante para pensar o trabalho das mulheres migrantes.

Palavras-Chave: Estratégias de Desenvolvimento; Globalização do Cuidado; Mulheres; Redes; Trabalho.

Resumen

El artículo analiza la expansión de los cuidados desde la feminización de la migración evidenciada por el aumento de la pobreza y las desigualdades socioeconómicas en el mundo como resultado del capitalismo global. El método de aproximación utilizado en la investigación será teórico, explicativo y exploratorio. Encontramos que el cuidado es el símbolo de la apropiación de capital para un bien previamente devaluado y naturalizado, que es el trabajo reproductivo. Se concluye que las redes promueven la inserción en el mercado laboral, la adaptación en la sociedad y el mantenimiento de los lazos familiares y culturales con la región de destino. La globalización de la atención afirma la centralidad de las tareas reproductivas en las sociedades post industriales contemporáneas. Por lo tanto, las discusiones sobre el trabajo doméstico y el cuidado se redimensionan como un elemento fundamental para pensar sobre el trabajo de las mujeres migrantes.

Palabras-Clave: Estrategias de Desarrollo; Globalización del Cuidado; Mujeres; Redes; Trabajo.

Abstract

This article analyzes the expansion of caretaking from the perspective of the feminization of migration, that evidenced by the increase of poverty and socioeconomic inequalities in the world, resulting from global capitalism. The methodological approach used in the research will be theoretical, descriptive and exploratory. We find that “care” is the symbol of the

capitalist appropriation of a previously devalued and naturalized good, which is the reproductive labor. It is concluded that the networks promote insertion in the labor market, adaptation in society and maintenance of family and cultural ties with the region of destination. The globalization of caretaking asserts the centrality of reproductive tasks in contemporaneity, in the post-industrial societies. Therefore, the discussions around domestic work and caretaking as a foundational element to think about the work of migrant women are resized.

Keywords: Development Strategies; Globalization of Care; Women; Networks; Work.

Introdução

A intenção adotada neste trabalho é articular no que tange ao mercado de trabalho, a importância com que se tece o elo entre as migrações e o trabalho do *care*¹, numa discussão mais ampla sobre os processos de desenvolvimento social e as redes sociais na migração de mulheres.

Há muitos anos o trabalho doméstico tem sido referenciado como uma das portas de entrada no mercado de trabalho e espraiamento da população feminina. Brites (2013) aponta que o trabalho doméstico e a migração são fenômenos associados. Muitas trabalhadoras domésticas estabeleceram a ponte entre suas comunidades locais e os centros urbanos, pois empregar-se em casas de família garante, ao menos, o lugar de moradia - primeiro passo para estabelecer uma rede social da migração (ASSIS, 2007, MELO, 1998, FARIA, 2014).

Nas últimas décadas tem se observado um fluxo crescente da expansão do trabalho do “*care*”, nas migrações internacionais relacionada às mulheres estrangeiras, sobretudo, latino-americanas, caribenhas, asiáticas e do leste europeu para atender o mercado de trabalho dos cuidados na Europa e nos Estados Unidos.

Especificamente na América do Sul, tem-se observado tanto migrações internas quanto internacionais (Sul-Sul) do segmento feminino e sua inserção no trabalho do “*care*”. Courtis e Pacecca (2010) demonstraram as migrações intercontinentais de bolivianas, peruanas e paraguaias para a região central de Buenos Aires, na Argentina. E no Brasil, Dutra (2012) apontou a vinda de peruanas para trabalhar como empregadas domésticas na capital do Distrito Federal. Internamente, os estudos de Faria (2014) e Melo (1998) confirmaram o espraiamento do segmento feminino para atuar no trabalho doméstico oriundas de zonas rurais em direção as cidades médias brasileiras.

Diante deste cenário, Braudel (1993) e Wallerstein (1979) assinalam que os processos migratórios devam ser analisados dentro de uma ótica de longa duração em que se inserem aspectos históricos, econômicos, sociais, culturais e políticos. Para cada novo ciclo do capitalismo uma diferente etapa se

1 O termo *care* é dificilmente traduzível, porque é polissêmico. Cuidado, solicitude, preocupação com o outro, estar atento a suas necessidades, todos esses diferentes significados estão presentes na definição do *care*. Alguns estudos têm relacionado ao trabalho domiciliar (doméstico, cuidadores de idosos, cuidadores de crianças, etc.). Neste estudo, está relacionado ao trabalho doméstico e com algumas constatações relacionados aos cuidadores (idosos e crianças).

vincularia de forma global para constituir o sistema mundo.

Assim, os fluxos migratórios, observados em 2015², são respostas às crises globais e as crises políticas relacionadas à clivagem do sistema capitalista. Estes permitem contextualizar as relações de poder e as assimetrias em termos do desenvolvimento entre países e regiões do mundo com cenários demográficos em mudanças (CASTILHO, 2014).

Neste contexto, Sorj e Martucelli (2008), evidenciam que não somente os fluxos econômicos influenciam a migração. A migração também alterou a forma como esses migrantes apropriaram-se dos recursos técnicos que reforçam a globalização. As migrações contemporâneas deixaram de ser internacionais e passaram a ser transnacionais. Configurando territórios próprios de corte transnacional e intracontinental. Por outro lado, as dinâmicas migratórias incluem cada vez mais as mulheres, cuja migração também se envolve de forma autônoma em relação aos homens, produzindo impacto específico sobre as relações de gênero.

A feminização da migração “é um processo social, político, econômico e cultural relacionado diretamente com a globalização dos cuidados, e com a sua incidência nas desigualdades de gênero em contextos de crise e reprodução social” (RODRIGUES, MAISONAVE, 2013, p. 7).

Portanto, este artigo procura analisar a expansão da globalização da cadeia de cuidados a partir da feminização da migração. Seus objetivos específicos se configuram em: compreender as redes sociais da migração como promotoras da expansão do “care”; caracterizar o trabalho do “care” e analisar como essas redes sociais e a globalização dos cuidados se insere dentro da ótica do desenvolvimento social. Com base no cenário mais amplo apresentado acima, este estudo pretende responder as seguintes questões-problema: Quais são as configurações do trabalho do “care” e das migrações dentro da ótica do desenvolvimento? Redes sociais e desenvolvimento se configuram como estratégia emancipatória de desenvolvimento social?

Para atender esse objetivo, o artigo foi dividido em cinco seções, além desta introdução. Sendo assim, na segunda seção são apresentadas as novas configurações do mundo do trabalho das mulheres migrantes – o trabalho do “care”, explorando as suas origens e alguns dados secundários. Na terceira seção, aprecia-se como as configurações das redes sociais e os processos de desenvolvimento se alinham em estratégia emancipatória de desenvolvimento social, visando fornecer indicativos para à expansão do “care” e fortalecimento dos circuitos migratórios. Por fim, a quarta seção é utilizada para as considerações finais, seguida pelas referências utilizadas.

Novas Configurações do Mundo do Trabalho: O Trabalho do “care”

Nesta seção o esforço analítico será pautado na descrição do que é o trabalho do “care”. Uma modalidade em transformação possível a partir da entrada da mulher no mercado de trabalho, do envelhecimento populacional e

2 Também denominada de crise migratória, crise humanitária, fugas de refugiados de guerra, pobreza, miséria, migração ambiental, etc. Sírios, Africanos e de alguns países do Oriente Médio se deslocam rumo a Europa. A situação se agravou pelo enorme contingente, trata-se de uma migração forçada e sendo comparável à Segunda Guerra Mundial.

Feminização dos Circuitos Migratórios: Um Diálogo entre o Trabalho do Care, Redes Sociais e Processos de Desenvolvimento Social

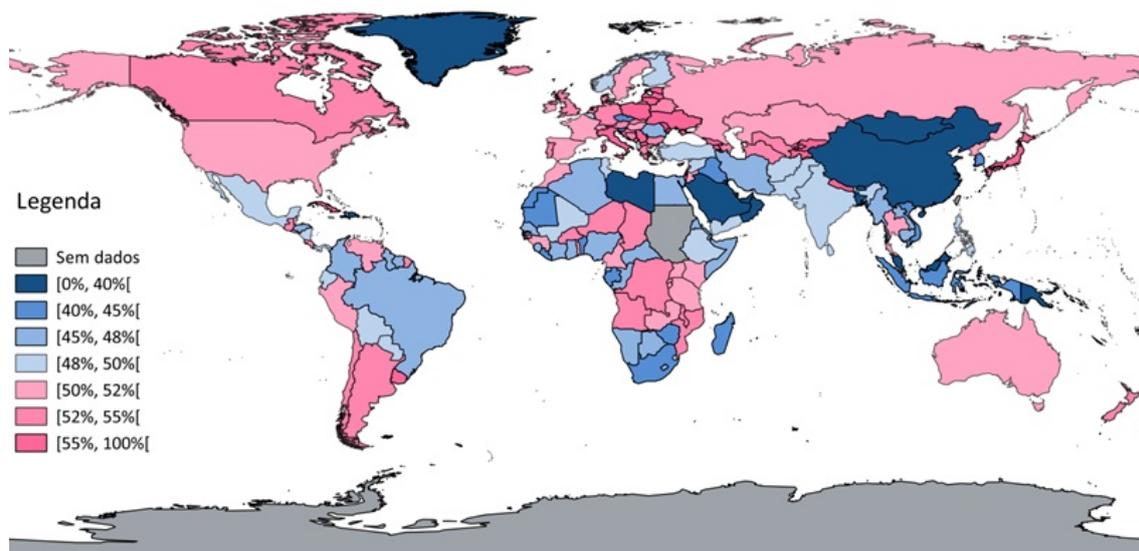
da morfologia do trabalho realizado pelas mulheres. O “care” é representado por ocupações em que “o cuidado com o outro” ganham relevância por incorporar novas categorias profissionais.

Segundo Carpenedo e Nardi (2013) esta tensão entre trabalho reprodutivo e as novas demandas econômicas geraram a denominada crise global dos cuidados no contexto dos países ocidentais. Que de acordo com Anderson *apud* Carpenedo e Nardi (2013) tal situação se expande particularmente no contexto europeu, onde ao longo dos anos vemos o declínio e deterioração do Estado de bem-estar social, situação a qual se adiciona o envelhecimento da população, a feminilização da força de trabalho e as novas demandas produtivas que estabelecem exigências tais como flexibilização e dedicação plena ao trabalho.

Sem dúvida, esta nova configuração no mundo do trabalho não é nova, mas passa a se tornar algo diferenciado ao agrupar diferentes ocupações exercidas no âmbito doméstico e domiciliar. Nesta linha, Wall, Nunes e Matias (2009) analisaram o impacto da globalização e das mudanças demográficas e sociais na Europa, mostrando que o recrutamento de trabalhadores para certos setores de serviços – cuidar de idosos e de crianças, serviços domésticos, enfermagem, restauração – tem reforçado a fluxos contínuos e intensos da migração feminina.

Assim, em um mundo globalizado é a migração a principal porta de entrada dessas mulheres. São mulheres do Equador que deixam os filhos com as avós para vir cuidar de crianças na Espanha, são mulheres das Caraíbas ou da Ásia que tratam de idosos e doentes no Reino Unido e na Irlanda. É também nesse sentido que Hochschild (2000) identifica a existência de cadeias globais de cuidados, referindo-se através deste conceito a uma globalização crescente dos cuidados – prestados a crianças, idosos e doentes – protagonizada por mulheres (embora não em exclusivo) de diferentes continentes, idades e gerações, conforme o mapa abaixo:

Mapa 1- Porcentagem de mulheres no total de imigrantes, 2015



Fonte: ONU, International Migration Report (2015).

Toledo (2011) assinala o trabalho e a reprodução social da força de trabalho em que a produção também é reprodução social, mas há uma parte da reprodução que é considerada fora da produção. Isto é em parte o trabalho de reprodução da família para atender às necessidades de moradia, alimentação, recreação, assistência à criança, etc. Essas configurações do trabalho doméstico, realizado no âmbito doméstico, que é apropriado pelo capitalismo. Sua regulação pode ser analisada bem como a construção entre atores que se movem em estruturas determinadas e dão sentido à sua situação, negociando ou interagindo dentro do mundo do trabalho.

Pochman (2012) evidencia que as mutações do trabalho no início do século XXI, a desfiliação do trabalho procedente da expansão do trabalho imaterial exterior a produção de bens e serviços do modelo fordista. Concomitantemente, percebe-se a recomposição das classes de trabalho e suas morfologias proporcionam maior subtração da mão de obra de uma economia imaterial. Sobretudo, pensar a transição de um capitalismo industrial para o capitalismo pós-industrial. E pontua o fato da emergência da concentração dos postos de trabalho no chamado setor terciário de serviços.

Assim, temos um “tensionamento claro entre cuidado, reprodução da população, manutenção da força de trabalho e as exigências crescentes do mercado de trabalho no contexto da reestruturação produtiva nos países desenvolvidos” (CARPENEDO e NARDI, 2013, p. 97).

Segundo Guimarães, Hirata e Sugita (2011) o “*care*” remete à questão de gênero, na medida em que essa atividade está profundamente naturalizada, como se fosse inerente à posição e à disposição (*habitus*) feminina. Mas, na medida em que o “*care*” se manifesta como ocupação ou profissão exercida em troca de uma remuneração, o peso e a eficiência crescentes das políticas públicas tornam-se verdadeiras bombas de efeito retardado, visto que questionam a gratuidade do trabalho doméstico e a sua circunscrição ao grupo social das mulheres, e desafiam a ideia de “servidão voluntária” inerente a esse serviço quando realizado no espaço privado do domicílio. Vale ressaltar, a emergência do “*care*” como profissão implica o reconhecimento e a valorização do trabalho doméstico e do trabalho familiar como “trabalho”; em outras palavras, a associação do trabalho do “*care*” com uma profissão feminina deixa de ser natural.

Portanto, Hirata (2010) expressa que o *care work* ou trabalho do *care*, embora esteja relacionada a toda a sociedade, é realizada principalmente pelas mulheres e a análise da divisão sexual do trabalho do *care* no interior da família e nas instituições de cuidados ainda está por fazer.

De acordo com Guimarães, Hirata e Sugita (2011, p. 156):

A construção da ruptura (ou da continuidade) entre a especialização profissional no serviço de *care* e o *care* atribuído ao trabalho doméstico e familiar é feita de diversas maneiras a depender do contexto nacional de que se trate. O caráter mais ou menos disruptivo e reconfigurador da atividade profissional do *care* variará, assim, conforme o peso (ou a prevalência) do trabalho doméstico remunerado (e sem prestígio social), ao lado da atividade doméstica não remunerada, bem como conforme a importância e a eficiência das

políticas públicas relacionadas ao *care*, e mesmo conforme a força do segmento empresarial dedicado à prestação da assistência. Assim, dependendo da forma como se configurem mercado, políticas públicas, trabalho doméstico e familiar (remunerado ou não), o estatuto da atividade do *care* se diferenciará, e de maneira significativa, entre as realidades nacionais.

Nesse sentido, pode-se perceber um processo de ressignificação do *care*, segundo Sorj (2014, p. 123) de que “não seria mais em decorrência do amor materno naturalizado, mas de um trabalho de reprodução social que evoca noções de direito e justiça social”.

Em relação aos requisitos para uma definição do “*care*”, González (2013), aposta em cinco dimensões para definir o cuidado, a saber: “a identidade do fornecedor e o destinatário dos cuidados, o tipo de relacionamento entre o fornecedor e o receptor de cuidados, o conteúdo social do cuidado, a substância econômica do relacionamento do tipo de trabalho, e do quadro institucional em que os cuidados e os serviços estão inseridos” (GONZÁLEZ, p. 36 - 37).

Esses critérios acima se revertem em desafio quando é para firmar o “*care*”, enquanto política social, como sinaliza Tamanini (2014) conferir ao mercado e ao Estado valores da vida em sociedade e em família, além de distinguir a divisão sexual do trabalho doméstico, continuidades de marcadores de diferenciação (raça, sexo, afetos, etc.) e definir o processo do cuidado como democrático e democratizá-lo.

No Brasil, as categorias aglutinadas dentro do trabalho do *care* são: as empregadas domésticas, as diaristas, as babás, os cuidadores (auxiliares de enfermagem), os cuidadores (técnicos de enfermagem) e os cuidadores (nível superior- Enfermagem). Importante ressaltar que a profissão de cuidador(a) foi reconhecida enquanto categoria profissional. No entanto, há uma ruptura entre o cuidador(a) que atua como auxiliar de saúde e o que atua como prestador de serviços relacionados às atividades domésticas.

Logo, Hirata (2010, p. 46) corrobora o fato de “o conceito de o *care* ser multidimensional e transversal (tal como os conceitos de trabalho e gênero), essa questão requer, cada vez mais, um tratamento interdisciplinar e melhor definição do que é o trabalho do *care* e o que é trabalho doméstico”. Este tido como parte fundamental da discussão do trabalho feminino no Brasil.

Segundo ‘Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio’ (Pnad/2015), o contingente de trabalhadores domésticos voltou a aumentar no início de 2015 no Brasil. Ao todo, 6,019 milhões de pessoas estavam nesta condição de ocupação no primeiro trimestre deste ano, contra 5,929 milhões em 2014. A formalização de fato aumentou em um ano. Os trabalhadores domésticos com carteira assinada subiram para 32,3% no primeiro trimestre de 2015, contra 31,5% de 2014.

Estimativas dão conta de que no Brasil, atualmente, cerca de 200 mil pessoas exercem a atividade de cuidador(a) de idosos, de maneira formal ou informal. Segundo projeções do IBGE (2010), em 2050 o Brasil terá uma população de 63 milhões de pessoas com mais de 60 anos, equivalente a 164 idosos para cada 100 jovens, o que seguramente aumentará a demanda por cuidadores (MARTINS e MELO, 2013).

**Feminização dos Circuitos Migratórios: Um Diálogo entre o Trabalho do Care,
Redes Sociais e Processos de Desenvolvimento Social**

Esses dados ressaltam a importância que essas categorias vinculadas ao cuidado vêm adquirindo com o mundo globalizado. Hirata (2010) vê essa evolução recente caracterizada por dois aspectos sociopolíticos. Primeiramente, o da globalização e das migrações internas e internacionais, induzidas pela demanda por mão de obra do *care*. Em segundo lugar, a questão das orientações e modalidades de políticas públicas específicas para certos países, no sentido de responder à necessidade crescente da externalização (ou profissionalização) do *care*.

Neste sentido, os novos fluxos migratórios internacionais, de acordo com Hondagneu-Sotelo *apud* Brites (2013, p. 430), “sobretudo, em sentido sul-norte a partir dos anos 1990, a autora tem destacado a recriação de hierarquias racializadas no uso de mão de obra de mulheres estrangeiras para suprir as tarefas dentro dos lares dos países do Norte”. Esses circuitos migratórios têm sido denominados de “cadeias globais de cuidados”, que são o espraiamento de mulheres que deixam suas comunidades, famílias e filhos para compor a divisão internacional da força de trabalho reprodutivo nos países pós-industriais (BRITES, 2013).

Segundo dados da Organização das Nações Unidas (2015) 3,3% da população mundial são migrantes internacionais. As mulheres representam 48% dos migrantes internacionais. A Organização Internacional do Trabalho estima que 2,5 milhões de trabalhadores domésticos na União Europeia, dos quais, 88% são mulheres. Estes dados revelam uma crescente tendência da feminização da migração laboral. Na América Latina e no Caribe, 53% dos migrantes em idade ativa (entre 20 e 64 anos) são mulheres. Sendo que as migrantes trabalhadoras domésticas representam 35% na região (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2016).

Em relação à porcentagem de mulheres a Tabela 1 abaixo, evidencia que a maioria das regiões do planeta apresenta a taxa de 50% de migrantes internacionais como sendo do sexo feminino, apenas a Ásia e África aparecem abaixo desse percentual, às disparidades regionais, a cultura e as políticas migratórias de integração devem ser concatenadas a esses dados para maior discussão sobre a complexidade que envolve o fenômeno migratório no século XXI.

Tabela 1 – Porcentagem de mulheres no total de migração internacional segundo regiões do planeta, 2015 (ONU)

Região	Percentual
América Latina e Caribe	51,6%
América do Norte	51,2%
Oceania	50,2%
África	45,9%
Ásia	41,6%
Europa	51,9%

Fonte: ONU, *International Migration Report* (2015).



Para Lisboa (2006) este cenário agudiza na Europa que passa por uma reestruturação no mundo do trabalho, imaginar os países em processos de desenvolvimento e o segmento feminino são tarefas complexas e exigem acuidade, segundo ela, “aproximadamente 10 milhões de mulheres no mundo não possuem cidadania nos atuais países em que vivem; destas, um milhão são trabalhadoras domésticas e dependem da “bondade” de seus patrões para continuar sobrevivendo no país para o qual migraram” (LISBOA, 2006, p. 156).

Por fim, Assis (2007) descreve que essas mulheres se inserem no trabalho do *care* e utilizam-se de redes sociais informais para se integrar na sociedade receptora. A migração, articulada pelas redes sociais, também vai deixando de ser vista apenas como decisão racional de um indivíduo para ser encarada como uma estratégia de grupos familiares, de amizade ou de vizinhança em que as mulheres se inserem ativamente.

No domínio do “apoio social” a inserção das mulheres migrantes reitera os indivíduos como se fosse parte de uma rede social, funcionando com atributos de apoio e solidariedade, que para Fontes e Portugal (2009, p. 287) “as redes sociais são elementos fundamentais no suporte dos indivíduos, ao nível material e afetivo, tendo impactos muito claros na sua saúde física e mental. Os estudos neste domínio permitem identificar formas de circulação de recursos suportadas por práticas de sociabilidade fora do mercado e do Estado”.

E que, portanto, ajuízam-se as redes sociais como extensão das ações emancipatórias de caráter estratégico dentro do processo de globalização do trabalho do “*care*”. E como a economia insiste que o cuidado tem como base o funcionamento e reprodução da economia e da sociedade. A organização social do cuidado fornece uma crítica detalhada do papel do governo em dar forma ao acesso aos cuidados, enquanto política pública. Em vez disso, o cuidado foi redesenhado como um conceito que está fortemente entrelaçado com o “econômico” e a maneira que as economias beneficiam-se do trabalho que não é reconhecido ou remunerado (ESQUIVEL, 2013).

Finalmente, Castells (1999) demonstra que o próprio capitalismo passa por um processo de profunda reestruturação caracterizado por maior flexibilidade de gerenciamento, descentralização das empresas e sua organização em redes tanto internamente quanto em suas relações; considerando o fortalecimento do papel do capital *vis-à-vis* o trabalho; com o declínio concomitante da influência dos movimentos dos trabalhadores; individualização e diversificação cada vez maior das relações de trabalho e incorporação maciça das mulheres na força de trabalho remunerada; geralmente em condições discriminatórias, de isolamento, vulnerabilidade, subordinação, exclusão, desagregação, solidão e dramática.

Neste cenário de novas metamorfoses do trabalho é que se pretende discutir as configurações das redes sociais e processos de desenvolvimento como estratégia emancipatória de desenvolvimento social.

Desenvolvimento, Redes e Globalização dos Cuidados: Expansão do “care”

A percepção da complexidade de inúmeras questões que são inerentes ou oriundas dos processos de desenvolvimento e da globalização provoca (re)definições do próprio conceito de desenvolvimento e suas interfaces (tais como apresentadas neste texto: trabalho e migrações), que de algum modo influenciam ou são abordados por tais processos.

Na visão de Rist (2007) o desenvolvimento corresponde a uma moderna crença generalizada e firmemente enraizada nos discursos econômicos e políticos. Apesar da sua ampla utilização, o significado do termo “desenvolvimento” permanece vago, tendendo a referir-se a um conjunto de crenças e suposições sobre a natureza do progresso social. E que sua sobrevivência dependerá do abandono dessa crença de que o crescimento econômico se alinha a justiça social e envolve a noção de que haveria uma vida melhor para todos se fossemos movidos para além de “desenvolvimento”.

Neste sentido, estruturar a dinâmica do desenvolvimento é demonstrar as várias faces dos processos históricos e as relações de poder que se articulam em redes. Na visão de Polanyi (2000) o desenvolvimento é um processo fundado em via de mão dupla, um que contrapõe a tendência da mercantilização e a autorregulação do capitalismo, denominado de “moinho satânico”, e o outro, fruto dos contra movimentos ilustrados pelos diferentes atores sociais.

No dizer de Dupas (2006, p. 106), “o atual processo de globalização acelerada é um bom exemplo de contrafluxo do verdadeiro progresso. A ideologia liberal permite que o capital seja cosmopolita. No entanto, os trabalhadores, em geral, continuam impedidos de circular livremente pelo mundo global”.

As lutas coletivas se constroem em um manto fragmentado do tecido social resultante da mudança. Stiglitz (1998, p. 2) concebe o “desenvolvimento como uma transformação da sociedade, uma mudança das relações tradicionais e das maneiras tradicionais de pensar”. A mudança não é um fim por si só, mas um meio de se atingir outros objetivos. As mudanças associadas ao desenvolvimento dão aos indivíduos e à sociedade um maior controle sobre os seus destinos. O desenvolvimento enriquece as vidas dos indivíduos ao ampliar seus horizontes e reduzir seu senso de isolamento (STIGLITZ, 1998).

Quanto às mudanças sociais, Bajoit (2006) percebe que estas têm origem na dinâmica das relações entre os atores individuais e coletivos. Cada indivíduo ao buscar construir e realizar sua identidade pessoal através de suas relações com os outros, estabelece vínculos e contratos para obrigá-los a fazer o que ele deseja; produz sentidos para justificar, a seus olhos e aos olhos dos demais, o que faz; esses sentidos e os vínculos condicionam as relações sociais que ele pratica com os outros; essas relações, por sua vez, formam identidades coletivas, que são atravessadas por tensões estruturais, as quais os indivíduos têm de gerir no processo de construção da identidade pessoal; para realizar essa identidade ele se engaja, justamente com outros, em lógicas de ação; e, é devido a essas ações que cada indivíduo, ao longo de sua existência, (re)produz os vínculos, contratos e sentidos que estruturam as relações sociais.



Neste sentido, os processos migratórios se configuram como viés analítico em que as identidades e subjetividades dos atores sociais envolvidos são influenciadas e incidem sobre as relações assimétricas e desiguais articulando espaços geográficos ao longo do tempo, e as mulheres migrantes estão sempre responsáveis pelo espaço reprodutivo e familiar, mesmo em situação de deslocamento.

Ao relacionar migração e desenvolvimento, Gonçalves (2009) concebe-a para muitos países do sul, como um dos aspectos da crise social que acompanha a sua integração no sistema global e o seu desenvolvimento econômico e social. Embora, os processos migratórios ainda são alimentados pela existência de ligações materiais e ideológicas de colonização, de processos contínuos do alargamento dos mercados e por outros fatores, tais como língua comum e ligações comerciais e de comunicações intensas entre diferentes países.

Em relação às redes e processos de desenvolvimento, Ribeiro (2008) destaca que os relacionamentos pessoais são de extrema importância para trafegar através das complexas redes de interesses que existem dentro e ao redor dos processos de desenvolvimento. Assim, os agentes sociais através de seus relacionamentos elaboram estratégias emancipatórias que segundo Ribeiro (2008, p. 113):

São as fundações sobre as quais muitas redes, intra e intercategorias profissionais, se constroem e propiciam diversos tipos de intermediações. Essas redes frequentemente se articulam a interesses locais, regionais, nacionais, internacionais e transnacionais. Elas são perfeitas para revigorar o campo do desenvolvimento mais amplo e complexo porque permitem o estabelecimento de distintas coalizões, que são frequentemente ad hoc, entre vários atores do campo.

A noção de redes sociais, tão ampliada na atualidade, sinaliza para uma sociedade focada no conhecimento e disseminação da informação. Segundo Castells (1999, p. 497) “a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura”.

Os mecanismos de redes, na visão de Domingues (2007, p. 202) são “baseados na colaboração voluntária, que tem proporcionado novas formas de coordenação da ação social e a articulação, em planos concretos da solidariedade social”.

Assim, a globalização dos cuidados, na visão de Brites (2013) contribui ao destacar a externalização e mercantilização das tarefas reprodutivas que se estabelecem, em geral, com a transferência de parte das tarefas reprodutivas para outras mulheres, em situação menos privilegiada. Nos países capitalistas desenvolvidos, mulheres com melhores rendas e escolaridade repassam tais tarefas para mulheres estrangeiras, as quais, por sua vez, deixam em suas comunidades locais outras mulheres realizando o trabalho doméstico para seu grupo familiar. Essa divisão internacional de trabalho doméstico e de cuidados tem sido denominada como cadeias globais de cuidado, pois manifesta uma

transferência das tarefas reprodutivas sempre para alguém que esteja em condição inferiorizada na grade de escalonamento do trabalhador doméstico (HOSCHILD, PEREZ OROZCO *apud* BRITES, 2013).

Assim, de acordo com Rodrigues e Maisonave (2013, p. 7), “a globalização dos cuidados, é um conceito que permite compreender como operam as desigualdades entre as mulheres que se dedicam ao trabalho do cuidar”.

Segundo Wall, Nunes e Matias (2009, p. 604), “as mulheres migrantes têm um espaço importante no mercado de serviços de apoio à família, desempenhando na migração um papel fundamental não só para a subsistência da família, mas também para a economia do país de origem, a partir das remessas que enviam”. Alguns autores propõem que mesmo com a noção de “feminização da sobrevivência”, há uma dependência das famílias e das comunidades cada vez mais crescente para manutenção da reprodução e os governos também são dependentes dos rendimentos dessas mulheres que migram.

Assim, em estudos de Guimarães, Hirata e Sugita (2011) mostram o mercado de trabalho do *care* no Brasil, Japão e França. No Brasil, são migrantes internos; no Japão, são mulheres relativamente idosas; na França, destacam-se as pessoas de origem estrangeira ou seus descendentes. Nos três casos, os salários são baixos, e a perspectiva de carreira é muito limitada. Assim, seria possível inferir que esse mercado do *care* parece ser regido, nos três casos, por um princípio de desigualdade (homens/mulheres, migrantes/não migrantes; etc.).

Segundo Wilson Fusco (2001), numa pesquisa com migrantes da cidade de Governador Valadares-MG, percebeu-se que as relações familiares são mais preponderantes nas redes pessoais das mulheres, que tendem a conhecer nos destinos mais parentes que os homens (65% das mulheres possuíam parentes quando migraram contra 50% dos homens). Reforçando esta diferença quanto ao gênero, observou-se também que o suporte financeiro das viagens das mulheres provinha com mais frequência de recursos da família em Governador Valadares-MG.

Igualmente, os estudos de Hellermann (2004) com mulheres migrantes e sozinhas da Europa do Leste (União Soviética, da Rússia e da Ucrânia) para Portugal, constatou que geralmente, essas mulheres estão à margem (não só da sociedade portuguesa, mas também) das comunidades migrantes pelo fato de as redes sociais terem um papel ambíguo para essas mulheres. Se por um lado podem oferecer apoio e ajuda em situações de desespero e solidão, por outro, podem ser, um peso, mesmo um instrumento de pressão e de controle. Este estudo contribui para elucidar a possibilidade de construção de redes sociais de apoio mútuo e segurança a este grupo de mulheres, permitindo melhor inserção na sociedade destino. No caso das empregadas domésticas estas possibilidades são muito limitadas, muitas vezes essas mulheres estão muito só e, por esta razão, encontram-se numa situação extremamente vulnerável. Como seu dia de folga é, normalmente, o domingo, a igreja torna-se num elemento social com grande importância no seu trajeto migratório. A missa aos domingos e, sobretudo, os encontros informais que ocorrem depois, na rua, oferecem uma possibilidade regular para ver outros imigrantes e para estabelecer, pelo menos, alguma forma de interação social.



Na mobilidade, de acordo com Saquet e Mondardo (2008, p. 119), as relações são construídas entre os territórios de origem e de destino, e são acionadas, buriladas e mantidas pelos vínculos e contatos tecidos e construídos entre migrantes e não migrantes através de uma interação em rede. As relações agenciam a trama de forças que produzem os territórios e as redes na migração.

Sarti *apud* Angelin (2012, p. 48) afirma que “a migração, apoiada na rede familiar, pode ser entendida como um processo privado, no sentido de ser alimentada por um sistema de lealdades pessoais e, principalmente, familiares” de identificação e pertença. Logo, os migrantes pobres migram baseados em condicionantes estruturais, pelo incentivo e também por um processo histórico, o que caracteriza obrigações morais de reciprocidade e de reprodução social como estratégias de vivências das suas famílias.

Fazito (2008) afirma que historicamente, os processos migratórios parecem se originar e se organizar através das redes familiares (laços de consanguinidade e afinidade) que oferecem o apoio social (através dos vínculos afetivos e das normas estatutárias), instituído segundo as regras de reciprocidade, de acordo com a natureza social da família. E embora estudiosos da demografia da família venham se questionando sobre a modificação das funções de apoio social atribuídas às famílias ao longo da história, pode-se dizer que de uma forma ou de outra os arranjos familiares desempenham intrinsecamente a função efetiva de suporte social de seus membros.

Por fim, o desenvolvimento e as redes sociais via expansão do “care” são desafios postos a sociedade global dentro da divisão do trabalho do care e da própria divisão internacional do trabalho reprodutivo em que pesam sobre o trabalho feminino: a maternagem, o cuidado (“vender carinho”), o drama social (mães que abandonam a criação de seus filhos), a posse pelo capital do “cuidado” como bem de valor e subtração de mais-valia, a qualidade do emprego, a flexibilização do trabalho e como as políticas públicas podem ser incorporadas dentro da ótica do desenvolvimento social, que de acordo com Amaro (2004), garantiriam condições sociais mínimas, bem como de promoção da dimensão social do bem-estar, por parte dos responsáveis dos vários países e organizações internacionais.

Considerações Finais

Pretendeu-se, neste artigo, contribuir para a reflexão analítica da expansão da globalização da cadeia de cuidados a partir das redes sociais no processo de feminização das migrações com base nos processos de desenvolvimento. Não se especifica sobre que tipo de redes se aborda no texto, não necessariamente redes organizadas e visando o lucro, muito menos as de âmbito criminoso, em contextos de ausência de acordos governamentais. Mas, a ideia adotada aqui é a de redes que se estabelecem em espaços de convívio, é no interstício das relações entre as mulheres que são possíveis verificar sua efetivação. Neste sentido, podemos falar em redes de parentesco, redes de amizade, redes de vizinhos, redes de conterrâneos, rede de evangélicos, redes de apoio comunitário, etc.

Quanto à caracterização do trabalho do “care” evidenciou-se uma tendência da exportação do care dentro da ampliação da globalização da assistência. São expressões das novas metamorfoses do trabalho em período pós-industrial em que as mulheres do Sul migram para trabalhar na casa de uma mulher no Norte, ou as mulheres da América Latina em migrações Sul-Sul. A exportação é transcontinental e colonialista, a mobilidade feminina insere-se na rota das migrações ocasionando um drama social para estas mulheres. O “care” (cuidado com outro) é o símbolo da apropriação do capital por um bem que antes era desvalorizado e naturalizado. Nesse bojo, a globalização o mercantiliza e o profissionaliza para que mulheres sulistas realizem o “trabalho sujo” nos países do Norte, condicionando uma hierarquia atrelada ao gênero, classe e a raça, igualmente contribuindo para acirrar o contrato de desigualdade de gênero.

Portanto, as lacunas reemergentes do trabalho feminino tendem a ser encarados através da perspectiva pós-colonial, incitando os contradiscursos e reexaminando a subordinação das mulheres. E os estudos de migrações internas e internacionais convertem para análises sistêmicas sobre os direitos em relação às comunidades (origem e destino) para além das fronteiras do Estado-Nação. E a globalização dos cuidados vem afirmar a centralidade das tarefas reprodutivas (provisão, externalização e existência) na contemporaneidade das sociedades pós-industriais. Logo, redimensionar as discussões entorno do trabalho doméstico e do cuidar como elemento fundante para pensar o trabalho da mulher.

Finalmente, em relação às redes sociais da migração e a globalização dos cuidados percebeu-se que as formas de circulação e mobilização de recursos como componentes associados com a adesão em uma rede social, do tipo: família e amigos, ex-migrantes (tais como informações da cidade, do bairro, da rua, do país, etc.). Outro componente é o conjunto de recursos associados com a sabedoria para agir no contexto migratório (capital social). A estratégia emancipatória se reveste pela própria noção de desenvolvimento. Ao abandonar a crença de um desenvolvimento econômico para uma ideia de justiça social em movimentos “para além” de “desenvolvimento” – (“para além” de educação, “para além” de saúde, “para além” do trabalho, etc.).

Referências

AMARO, R. R. **“Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? - da teoria à prática e da prática à teoria”**. Mimeo. Lisboa, março de 2004.

ANGELIN, P. E. **Mulheres migrantes no contexto das fronteiras de gênero e arranjos familiares**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

ASSIS, G. O. **Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes**

sociais e migração internacional. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 3, p. 745 - 772, 2007.

BAJOIT, G. **Tudo muda**: proposta teórica e análise de mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

BRAUDEL, F. **Civilisation matérielle, économie et capitalisme**. Paris: Armand Collin, 1993.

BRITES, J. G. Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 149, p. 422 - 45, 2013.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILHO, I. Y. Escenarios de la migración latinoamericana: la vida familiar transnacional entre Europa y América Latina. **Papeles del CEIC**, v. 2014/2, nº 107, CEIC (Centro de Estudios sobre la Identidad Colectiva), Universidad del País Vasco, Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1387/pceic.12992>>. Acesso em 4/01/2016.

CARPENEDO, M.; NARDI, H. C. Mulheres Brasileiras na divisão internacional do trabalho reprodutivo: construindo subjetividade(s). **Revista de Estudios Sociales**, n. 45, p. 96 - 109, 2013.

DOMINGUES, J. M. **Aproximações à América Latina**: desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DUPAS, G. **O mito do progresso**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DUTRA, D. **Mulheres migrantes peruanas em Brasília**. O trabalho doméstico e a produção do espaço na cidade. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília.

ESQUIVEL, V. **El cuidado en los hogares y las comunidades**. Informes de investigación de OXFAM, octubre, 2013.

FARIA, G. J. A. **Do seu lugar para o lugar dos outros**: a migração de mulheres e sua inserção no trabalho doméstico. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros.

FAZITO, D. **A configuração estrutural dos arranjos familiares nos processos migratórios**: a força dos laços fortes para a intermediação. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/DimitriFazito.pdf>>. Acesso em 24/01/2014.



FONTES, B.; PORTUGAL, S. Redes sociais. In: **Dicionário internacional da outra economia**. (Org.) Pedro Hespanha...[*et al.*]. – (CES), 2009.

FUSCO, W. Redes sociais nas migrações entre Governador Valadares e os Estados Unidos. In: CASTRO, M. G. (Coord.). **Migrações internacionais: contribuições para políticas**. Brasília: CNPD, p. 427 - 445, 2001.

GONÇALVES, O. **Migrações e Desenvolvimento**. Fronteira do CAOS Editores, 1ª edição, Porto, 2009.

GONZALÉZ, E. A. Mujeres migrantes cuidadoras en flujos migratorios sur-sur y sur-norte: expectativas, experiencias y valoraciones. Polis: **Revista Latinoamericana**, v. 12, n. 35, p. 35 - 62, 2013.

GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. S.; SUGITA, K. Cuidado e cuidadoras: o trabalho de care no Brasil, França e Japão. **Revista Sociologia e Antropologia**, v. 1, n. 1, p. 151 - 180, 2011.

HELLERMANN, C. Uma relação difícil? Mulheres imigrantes da Europa de Leste e redes sociais. Actas dos ateliers do **Vº Congresso Português de Sociologia**, 2004. Disponível em: <http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628e0fa38281_1.pdf> Acesso em 5/01/2016.

HIRATA, H. Teorias e práticas do care: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos em debate. In: FARIA, N.; MORENO, R. **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo, 2. (Orgs). São Paulo: SOF, 2010.

HOCHSCHILD, A. R. Global care chains and emotional surplus value. In: HUTTON, W.; GIDDENS, A. **On the edge: Living with global capitalism**. Londres: Jonathan Cape, 2000, p. 130 - 146.

KLIKSBERG, B. **Repensando o estado para o desenvolvimento social: superando dogmas e convencionalismos**. Tradução: Joaquim Ozório Pires da Silva. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 1998.

LISBOA, T. K. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. **Revista de Estudos Feministas**, v. 15, n. 3, p. 805 - 821, 2006.

MARTINS, I. M. G.; MELO, M. G. F. A contratação do cuidador de idosos: Quem pagará essa conta? **REVISTA PORTAL de Divulgação**, v. 37, n. 4, p. 52 – 63, 2013.

MELO, H. P. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 15, n. 1, p. 1



– 34, 1998.

PACECCA, M. I.; COURTIS, C. Gênero y trayectoria migratoria: mujeres migrantes y trabajo domestic en el Amba. **Papeles de población**, v. 16, n. 63, p. 155 - 185, 2010.

PED. Pesquisa de Emprego e Desemprego. Trabalho Doméstico Remunerado, abril de 2015. Disponível em: <www.dieese.org.br/analiseped/2014/2014EmpregoDomestico.pdf>. Acessado em 14/07/2015.

POCHMANN, M. **Classes do Trabalho em Mutação.** Rio de Janeiro, Revan, 2012.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época.** Rio de Janeiro, Editora Campus, 2002.

RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos Estudos 80**, março de 2008.

RIST, G. Desenvolvimento como um modismo. **Development in Practice**, v. 17, n. 4 - 5, 2007.

RODRIGUES, F. B.; MAISONAVE, A. C. **Estudo sobre a feminização da migração cabo-verdiana e seu impacto nas famílias: um estudo de caso na Ilha de Santiago, Cabo Verde.** Relatório de Consultoria, março de 2013.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. **Revista NERA**, v. 11, n. 13, p. 118 - 127, 2008.

SORJ, B. socialização do cuidado e desigualdades sociais. **Tempo social: Revista de Sociologia da USP**, v. 26, n. 1, 2014.

SORJ, B.; MARTUCCELLI, D. **O desafio latino-americano: coesão social e democracia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008.

STIGLITZ, J. **Em busca de um novo paradigma para o desenvolvimento: estratégias, políticas e processos.** Palestra proferida no UNCTAD, Genebra, 1998. Disponível em: <www.mda.gov.br/portal/nead/arquivos/view/textos.../arquivo_63.pdf>. Acesso em 4/07/2012.

TAMANINI, M.; ALMEIDA, M. T. Desafios do Care: Vulnerabilidades, Políticas e Justiça Social. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 1006 - 1009, 2014.

TOLEDO, E. de la G. Hacia un concepto ampliado de trabajo: Del concepto clásico al no clásico. In: SOUL, María Julia. **El mundo del trabajo en América Latina**. Barcelona: Anthropos Editorial, 2011, p. 111 – 140.

WALL, K.; NUNES, C.; MATIAS, A. R. **Mulheres imigrantes e novas trajetórias de migração**: um crochê transnacional de serviços e cuidados no feminino. Disponível em: <www.ics.ul.pt/.../Karin%20Wall%20-%20Publicações%202008%20nº...>. Acesso em 8/07/2012.

WALLERSTEIN, I. **El moderno sistema mundial**. La agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo Europea en el siglo XVI. Siglo XXI Editores, Madrid. 1979.

Recebido em 30 de abril de 2019.

Aceito em 31 de julho de 2019.

Guélmer Júnior Almeida de Faria

41